

Tópico Locação de
Galpões e
Equipamentos
para Indústria S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração 2019

A Tópico é a líder Brasileira no segmento de infraestrutura flexível para armazenagem e cobertura. Há mais de 40 anos locamos e vendemos galpões lonados ou de zinco, fabricados e instalados por equipes de alta performance, baseados em sólidos projetos de engenharia. Encerramos o ano de 2019 com 1.374 mil m² locados, representando um aumento de 4,1% em relação a 2018 com 1.320 mil m², uma das maiores áreas locadas do Brasil.

Como única empresa Brasileira a dispor de engenharia de desenvolvimento própria, o ano de 2019 foi marcado por grandes e diferenciados projetos, como a cobertura de 5,2km de esteiras transportadoras da mineradora Vale S.A., consolidando o posicionamento da Tópico como empresa líder em infraestrutura flexível e aumentando nosso mercado potencial.

Executamos nosso plano de investimentos com a aplicação de “Capex” líquido de R\$30,4 milhões para sustentar o aumento da nossa base locada e oferecer maior disponibilidade de nossos produtos aos clientes, reduzindo nosso lead time e reforçando nossa proposta de valor.

Visando otimizar nossa estrutura de capital, realizamos nossa 2^a emissão de debêntures no valor de R\$120 milhões, com taxa de CDI+3,25%. A empresa liquidou o saldo da sua 1^a emissão de debêntures e realizou o pagamento de R\$60 milhões em dividendos. Concluímos o ano com endividamento de 1,6x Dívida Líquida/EBITDA, aderente ao nosso “covenant” de 2,5x.

As **Receitas Líquidas de vendas e serviços**, tiveram um aumento de 22,8% frente ao ano anterior, refletindo a maior base locada e o aumento do preço médio dos novos contratos. As receitas de vendas de galpão e peças contribuíram de forma positiva com um aumento 40% do total.

Os **Custos Operacionais**, aumentaram 40,7% principalmente pelo maior volume de vendas e locações de galpões e aumento de insumos utilizados durante nossas montagens e desmontagens como plataformas elevatórias e fretes.

As **Despesas Administrativas e Comerciais**, tiveram um aumento de 3,4% em relação ao ano de 2018, explicado principalmente pelo maior investimento em marketing e por reforço nos times comerciais e administrativos, para dar suporte ao nosso crescimento.

O **EBITDA** realizado do ano foi de R\$60,8 milhões, caracterizando um crescimento de 12,5% em relação a 2018 de R\$54,0 milhões e refletindo o melhor desempenho operacional com crescimento das receitas e contenção dos custos proporcionais.

O **Resultado Financeiro** teve uma piora de 5,6% em comparação com o ano anterior, resultante da implantação da nova norma contábil sobre arrendamento mercantil (CPC 06 R2) que

muda a alocação das despesas com aluguéis de imóveis e veículos, aumentando os juros sobre arrendamento mercantil em 0,3 milhões.

Encerramos o exercício de 2019 com **Lucro Líquido** de R\$18,1 milhões, um aumento de 21,1%. Este resultado da Companhia é reflexo das ações de melhoria e foco na entrega consistente de valor aos acionistas.

Perspectivas para 2020: Acreditamos que o ambiente de negócios carrega certa volatilidade para nossos clientes na indústria e logística, ao passo que o agronegócio continuará a representar vetor de crescimento. Com isso, desenvolvemos estratégias de crescimento diversificadas e buscamos crescimento independente da performance do PIB Brasileiro. Iniciamos o ano de 2020 com uma plataforma sólida de gestão e com perspectiva de crescimento de nosso faturamento.

Felipe Fonseca Pereira
Diretor Financeiro

Fabiana Bitelli
Gerente Financeiro
CRC 1SP 213358/O-8



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. Embu das Artes – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja nota explicativa 17 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019 saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 47.763, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudo técnico realizado por meio de projeção de geração de lucros tributáveis futuros.</p> <p>Na determinação dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza-se de certas premissas, tais como estimativas de receitas de locações, custo de produção, despesas de depreciação, receitas e despesas financeiras, informações de projeções macroeconômicas e dados históricos as quais fundamentam as expectativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos próximos exercícios.</p> <p>Devido as incertezas inerentes ao processo de determinação dessas estimativas, que são a base para a avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e, consequentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação, com auxílio de nossos especialistas da área tributária, da natureza das diferenças temporárias existentes à luz da legislação fiscal vigente;– Ainda com o apoio desses especialistas, avaliação das bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos;– Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com as normas aplicáveis; e– Análise, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas pela Companhia, e em comparação aos dados obtidos de fontes externas, entre elas o crescimento econômico projetado e a inflação de custos.– Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo reconhecido do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

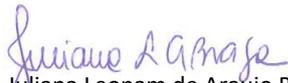
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de Abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Juliana Leonam de Araujo Braga
Contadora CRC 1SP-251062/O-5

Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	22.742	13.717	Empréstimos e financiamentos	14	696	18.640
Contas a receber de clientes	9	28.137	18.728	Passivos de arrendamentos	13	2.403	-
Estoques	10	12.893	23.870	Fornecedores e outras contas a pagar	15	4.180	5.799
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11a	440	440	Adiantamento de clientes		2.173	1.004
Impostos a recuperar	11b	3.955	6.660	Salários e provisões trabalhistas		3.995	3.843
Despesas pagas antecipadamente		565	384	Obrigações fiscais e trabalhistas	16	1.931	4.217
Outras contas a receber		1.672	614	Total do passivo circulante		15.378	33.503
Total do ativo circulante		70.404	64.413				
Não Circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais e cauções	18	788	700	Empréstimos e financiamentos	14	120.000	51.431
Outras contas a receber	18	4.358	2.087	Provisões trabalhistas		-	125
Impostos diferidos ativo	17	47.763	46.695	Passivos de arrendamentos	13	2.775	-
Total do realizável a longo prazo		52.909	49.482	Provisão para contingências	18	3.482	3.392
				Total do passivo não circulante		126.257	54.948
Imobilizado	12	145.250	143.539	Capital social	19a	57.378	57.378
Intangível		1.776	1.870	Reserva especial de ágio	19d	32.729	32.729
Total do ativo não circulante		147.026	145.409	Ajustes de avaliação patrimonial	19b	24.866	28.397
				Reserva legal	19c	1.652	747
Total do ativo		270.339	259.304	Reserva de lucros		12.079	51.602
				Patrimônio líquido		128.704	170.853
				Total do passivo		270.339	259.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita de venda e serviços	20	132.399	107.797
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	<u>(87.682)</u>	<u>(62.312)</u>
Lucro bruto		44.717	45.485
Despesas comerciais	21	(7.330)	(6.172)
Despesas administrativas	21	(12.518)	(13.023)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(518)	(444)
Outras (despesas) receitas operacionais	21	(196)	(264)
Resultado da venda de ativos imobilizados		<u>101</u>	<u>3.895</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>24.256</u>	<u>29.477</u>
Despesas financeiras	22	(8.726)	(8.793)
Receitas financeiras	22	<u>1.495</u>	<u>1.947</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(7.231)</u>	<u>(6.846)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>17.025</u>	<u>22.631</u>
Imposto diferido	17	<u>1.068</u>	<u>(7.695)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>1.068</u>	<u>(7.695)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>18.093</u></u>	<u><u>14.936</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	18.093	14.936
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>18.093</u>	<u>14.936</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva especial de ágio	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2017	57.378	28.225		32.729	37.585	-	155.917
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	14.936	14.936
Constituição de reserva legal	-	-	747	-	-	(747)	-
Realização de avaliação patrimonial por depreciação do imobilizado, líquida de efeitos tributários	-	-	-	-	(9.188)	9.188	-
Transferência para reserva de lucros	-	23.377	-	-	-	(23.377)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.378	51.602	747	32.729	28.397	-	170.853
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	18.093	18.093
Constituição de reserva legal	-	-	905	-	-	(905)	-
Realização de avaliação patrimonial por depreciação do imobilizado, líquida de efeitos tributários	-	-	-	-	(3.531)	3.531	-
Transferência para reserva de lucros	-	20.719	-	-	-	(20.719)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(60.242)	-	-	-	-	(60.242)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	57.378	12.079	1.652	32.729	24.866	-	128.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes de impostos		17.025	22.631
Ajustes para:			
Depreciação do imobilizado	12	36.161	23.283
Amortização do intangível		386	374
Resultado da venda de ativos imobilizados		(103)	(3.895)
Juros com empréstimos e financiamentos	14	8.090	8.352
Juros sobre passivos de arrendamentos	13.b	370	
Provisão (reversão) por perda esperada do contas a receber	9	518	444
Provisão de obsolescência de estoques	10	142	
Provisão de contingências	18	(1.007)	1.688
Varição nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(9.927)	(3.960)
Estoques		10.835	(11.367)
Impostos a recuperar		2.705	(2.685)
Despesas pagas antecipadamente		(181)	436
Outras contas a receber		(3.329)	2.064
Depósitos judiciais e cauções		(88)	(28)
Fornecedores		(1.619)	2.351
Adiantamento de clientes		1.169	258
Pagamento de ações trabalhistas		917	(669)
Obrigações fiscais e trabalhistas		(2.079)	1.125
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros pagos sobre arrendamentos	13.b	(370)	-
Juros pagos sobre empréstimos	14	(8.127)	(8.289)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		51.488	32.113
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(35.282)	(23.166)
Venda de imobilizado		4.907	5.180
Aquisição de intangível		(292)	(689)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(30.667)	(18.675)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital social		-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	19.e	(60.242)	
Novos empréstimos e financiamentos	14	120.000	
Pagamentos de passivos de arrendamentos	13.b	(2.216)	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(69.338)	(17.313)
Caixa proveniente das atividades de financiamento		(11.796)	(17.313)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		9.025	(3.875)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		13.717	17.592
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		22.742	13.717
Divulgação adicional - efeito não caixa			
Adição de imobilizado por meio de arrendamento		(7.394)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Tópico Locação de Galpões e Equipamentos S.A. (“Tópico” ou “Companhia”) foi constituída em 18 de agosto de 2006 e em 27 de agosto de 2014 virou uma sociedade anônima de capital fechado. A sede da Tópico fica na avenida Jorge Alfredo Camasmie, nº 122, no bairro Parque Industrial Ramos de Freitas - lote 20 - quadra C, na cidade de Embu das Artes no estado de São Paulo. A Companhia é líder no segmento de locação de galpões flexíveis possuindo atuação nacional, atuando também com a venda destes ativos e possui sua própria unidade de fabricação.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de abril de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, descritas na Nota Explicativa nº 6.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Mensuração de perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes;
- **Nota 12** - Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável e revisão da vida útil; **Nota 17** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 18** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota 20** - Receita líquida de venda e serviços: determinação do momento da transferência do controle inerente à prestação de serviço de locação.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.n e o ativo imobilizado, reconhecido pelo custo atribuído. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

5 Mudança nas principais práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não foram reapresentadas, ou seja, conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPCP 06(R2) em geral não foram aplicados à informações comparativas.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 6.d.

Na transição para o CPC 06 (R2), a Companhia escolheu por aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas para contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento, de acordo com o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019, bem como para os contratos vigentes nesta data.

b. Como arrendatária

Como arrendatária, a Companhia arrenda diversos ativos, sendo os principais enquadrados a norma, os imobiliários. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos estão registrados no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, a Companhia classificava arrendamentos de imóveis e veículos como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 13). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c. Como arrendador

A Companhia faz arrendamentos de infraestruturas flexíveis, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais, das quais não são requeridos ajustes na transição para o CPC 06 (R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendadora.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 – Receita com Cliente para alocar a contraprestação no contrato bem como os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 – Instrumentos Financeiros ao investimento líquido no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte das receitas de locação.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2).

d. Impacto nas demonstrações financeiras

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento ajustados à valor presente pela taxa incremental de empréstimos e não houve qualquer ajuste inicial na conta de lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

1º de janeiro de 2019

Direito de uso de arrendamento	7.394
Passivos de arrendamentos – Circulante	(1.175)
Passivos de arrendamentos - Não circulante	(6.038)

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de CDI + 3,25% a.a..

1º janeiro de 2019

Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019	7.394
– Isenção para reconhecimento de arrendamentos de ativos de baixo valor	-
– Isenção de reconhecimento de arrendamentos que possuem o prazo de arrendamento de 12 meses, ou menos, na transição	-
Passivos de arrendamento reconhecidos em 1º de janeiro de 2019	7.213
Ajuste a valor presente reconhecido em 1º de janeiro de 2019	(182)

6 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados (VJORA) como ao valor justo por meio de resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo de investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía operações de derivativos.

(vi) Capital social

Ações nominativas são classificadas como patrimônio líquido. Os lucros apurados serão destinados conforme deliberação dos acionistas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

c. Estoque

Os estoques de matéria-prima, peças e acessórios são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo de produção, ajustados ao valor realizável líquido e automaticamente classificados como imobilizado após essa mensuração. Os estoques são compostos por matérias-primas nacionais e importadas, acessórios e materiais de consumo na produção. Além disso, quando necessário, uma provisão para estoques de giro lento e/ou obsoletos é constituída para refletir o risco de realização desses estoques.

d. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curta duração

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) *Como arrendador*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de outras receitas.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2), exceto para a classificação do subarrendamento celebrado durante o período do relatório atual que resultou em uma classificação de arrendamento financeiro.

e. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou ativação por industrialização, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de adoção inicial dos CPCs, foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de resultado na venda de ativos imobilizados no resultado.

(ii) Custos subsequentes

São incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e anterior são, aproximadamente, as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de segurança	10 anos
Instalações	10 anos
Ferramentas	5 anos
Ativos de galpão	entre 6 (lona) e 15 anos (estrutura)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	5 anos

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso, considerando situação financeira do cliente.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(iii) Mensuração das perdas de crédito esperadas

As provisões para perdas esperadas (*impairment*) são reconhecidas de acordo com as normas do CPC48, com base nos percentuais históricos de perda, segregados por categoria de clientes e de acordo com o aging da carteira. Para títulos vencidos acima de 180 dias, os valores são provisionados integralmente, com exceção de casos específicos em que existam garantias reais ou renegociações já aprovadas pela administração. O montante apropriado para perda, líquidos das recuperações em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 518 (R\$ 444 em 2018).

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os custos financeiros incorridos são reconhecidos no resultado.

h. Provisão para contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda desses processos inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizada até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada processo e apoiada na opinião de consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e natureza da provisão para perdas com processos judiciais estão descritos na Nota Explicativa nº 18.

i. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia é destacada no patrimônio líquido e registrada como obrigação no passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”.

j. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças de ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for suficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

I. Receita operacional

(i) Locação

A receita de locação é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

(ii) Venda de produtos

A venda de produtos novos ocorre por encomenda do cliente, a Companhia adquire os materiais e incorre nos serviços para preparação do produto e quando ocorre a entrega do produto é reconhecida a receita na rubrica de receita operacional de vendas. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência persuasiva de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Tópico, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas com clientes.

Ganhos e perdas cambiais são reportados em suas respectivas linhas ativas e passivas.

n. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019, exceto pelo CPC 06(R2) mencionado acima. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	702	140
Aplicações financeiras	<u>22.040</u>	<u>13.577</u>
Total	<u>22.742</u>	<u>13.717</u>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa são consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, representadas pelos certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, denominadas em Reais e remuneradas por taxas variáveis de 101% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

9 Contas a receber de clientes

	2019	2018
Duplicatas a receber	39.769	29.842
Provisão para perda de crédito esperada	<u>(11.632)</u>	<u>(11.114)</u>
Total	<u>28.137</u>	<u>18.728</u>

A tabela abaixo demonstra a perda de crédito esperada:

	2019	2018
A vencer	23.564	16.633
Vencidos:		
Até 30 dias	2.864	986
31 a 60 dias	732	564
61 a 90 dias	664	295
91 a 180 dias	785	250
181 a 360 dias	546	707
Acima de 361 dias	10.614	10.407
Total contas a receber	39.769	29.842
Provisão para perda de crédito esperada	(11.632)	(11.114)
Total líquido	28.137	18.728

A despesa com provisão para perda de crédito esperada foi registrada na rubrica de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração de resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica provisão para perda de crédito esperada são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2019 de provisão para perda do contas a receber é composto, em sua maioria por créditos em acordo judicial e contas a receber de clientes em recuperação judicial.

A exposição da Companhia a riscos de crédito dos saldos de contas a receber de cliente está divulgada na nota explicativa 23.

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável é como segue:

	2019	2018
Em 1º de Janeiro	(11.114)	(10.670)
Provisão para perda de crédito esperada	(2.470)	(1.636)
Valores estornados	1.952	1.192
Saldo em 31 de dezembro	(11.632)	(11.114)

10 Estoques

	2019	2018
Matérias primas	7.689	13.088
Materiais indiretos	3.653	4.559
Outros estoques	141	5.050
Matérias de uso e consumo	1.410	1.173
Total	12.893	23.870

A provisão para obsolescência é calculada sobre as famílias de produtos identificadas com giro superior a 12 meses. Nestas famílias estão os produtos classificados como acessórios. O cálculo é feito com base na última entrada do fornecedor para o estoque, independente do armazém que recebe esta mercadoria, quanto maior o período de permanência do artigo nos estoques da Companhia, maior o percentual de perda estimada por obsolescência. Em 2019, a redução dos valores de estoques para valores realizáveis líquidos totalizou R\$ 142 (em 2018 não foi necessária uma constituição de provisão).

11 Impostos a recuperar

a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2019	2018
Imposto de renda	434	434
Contribuição social	6	6
Total	440	440

b. Outros impostos a recuperar

	2019	2018
ICMS a recuperar	-	1.394
COFINS	-	1.531
IPI	2.301	1.619
PIS	-	326
INSS a recuperar	794	1.146
Outros impostos a recuperar	860	644
Total	3.955	6.660

12 Imobilizado

a. Movimentações do custo e da depreciação

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Custo				
Máquinas e equipamentos	10.425	53	-	10.478
Veículos	5.769	-	(127)	5.642
Móveis e utensílios	1.695	114	-	1.809
Equipamentos de informática	1.936	388	-	2.324
Equipamentos de segurança	464	1	(24)	441
Instalações	339	21	-	360
Ferramentas	946	98	-	1.044
Ativos de galpão	243.243	34.354	(5.505)	272.092
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.051	107	-	4.158
Imobilizado em andamento	-	146	-	146
Direito de uso de imóveis	-	6.182	-	6.182
Direito de uso de veículos	-	1.212	-	1.212
Total	268.868	42.676	(5.656)	305.888
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(5.888)	(779)	-	(6.667)
Veículos	(4.381)	(739)	103	(5.017)
Móveis e utensílios	-	(153)	-	(907)
Equipamentos de informática	(1.217)	(232)	-	(1.449)
Equipamentos de segurança	(44)	(77)	-	(121)
Instalações	(164)	(30)	-	(194)
Ferramentas	(646)	(99)	-	(745)
Ativos de Galpão	(110.042)	(31.226)	749	(140.519)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.193)	(610)	-	(2.803)
Direito de uso de imóveis	-	(1.762)	-	(1.762)
Direito de uso de veículos	-	(454)	-	(454)
Total	(125.329)	(36.161)	852	(160.638)
Valor líquido contábil	143.539	6.515	(4.804)	145.250
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo				
Máquinas e equipamentos	9.761	717	(53)	10.425
Veículos	5.747	22	-	5.769
Móveis e utensílios	1.546	192	(43)	1.695
Equipamentos de informática	1.779	396	(239)	1.936
Equipamentos de segurança	72	392	-	464
Instalações	371	71	(103)	339
Ferramentas	894	98	(46)	946
Ativos de Galpão	225.287	21.795	(3.839)	243.243
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.292	793	(34)	4.051
Total	248.749	24.476	(4.357)	268.868
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(5.110)	(778)	-	(5.888)
Veículos	(3.549)	(832)	-	(4.381)
Móveis e utensílios	(624)	(144)	14	(754)
Equipamentos de informática	(968)	(249)	-	(1.217)
Equipamentos de segurança	(31)	(13)	-	(44)
Instalações	(154)	(27)	17	(164)
Ferramentas	(540)	(106)	-	(646)
Ativos de Galpão	(91.139)	(20.634)	1.731	(110.042)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.693)	(500)	-	(2.193)
Total	(103.808)	(23.283)	1.762	(125.329)
Valor líquido contábil	144.941	1.193	(2.595)	143.539

b. Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01(R1) de 6 de agosto de 2010 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A Administração não identificou a existência de ativos tangíveis reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

c. Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da conta de imobilizado em andamento era de R\$ 146, e estavam substancialmente representadas pelos gastos com a obra de ampliação da fábrica em Embu das Artes – SP.

13 Passivos de arrendamentos

Título contábil	Encargos	Natureza	Vencimento	2019	2018
Arrendamento mercantil	Taxa média 100% CDI + 3,25%a.a.	Direito de Uso de Imóveis e Veículos	13/05/2024	5.178	-
				5.178	-
Passivo circulante				2.403	-
Passivo não circulante				2.775	-
Total				5.178	-

Ver política contábil na nota explicativa 6.d.

A Companhia arrenda imóveis e veículos. Esses arrendamentos normalmente duram de 2 a 3 anos, com opção de renovação automática após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Os arrendamentos das unidades fábricas e alguns de filiais foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1), e continuam sendo tratados dessa forma pois não atendem aos critérios para fins de contabilização de acordo com a nova norma pois possuem contratos firmados com período até 12 meses e não há qualquer custo adicional para rescisão dos mesmos, e dessa forma continuam sendo classificados como arrendamentos operacionais e reconhecidos como despesa no resultado.

Os contratos de arrendamentos são de imóveis e veículos, e as taxas de juros aplicadas foram as mesmas de empréstimos incremental para cálculo do desconto a valor presente é de CDI + 3,25%.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é a arrendatária estão apresentadas abaixo:

a. Direito de uso de arrendamento

	01 de janeiro de 2019	Adições	Depreciação	2019
Imóveis	6.182	-	(1.762)	4.420
Veículos	1.212	-	(454)	758
Total Geral (Nota 12)	<u>7.394</u>	<u>-</u>	<u>(2.216)</u>	<u>5.178</u>

b. Passivos de arrendamentos

	2019
Saldo em 1º de Janeiro	7.213
Constituição	-
Adição	-
Despesa com juros	370
Pagamentos	(2.035)
Juros pagos	<u>(370)</u>
Saldo em 31º de Dezembro	<u>5.178</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

2021	1.361
2022	827
2023	348
2024	<u>239</u>
Total	<u>2.775</u>

c. Valores reconhecidos no resultado

	2019
Depreciações e amortizações (Nota 12)	2.216
Juros sobre arrendamentos	370

d. Valores reconhecidos nas demonstrações dos fluxos de caixa

	2019
Depreciações e amortizações	2.216
Juros sobre passivos de arrendamentos	370
Juros pagos sobre arrendamentos	(370)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(2.216)

14 Empréstimos e financiamentos

Título contábil	Encargos	Natureza	Garantias	Vencimento	2019	2018
Debêntures	Taxa média 100% CDI + 3,25%a.a.	fluxo de caixa	parcela dos recebíveis	15/01/2021	120.696	70.071
					120.696	70.071
Curto prazo					696	18.640
Longo prazo					120.000	51.431
Total					120.696	70.071

As movimentações nos exercícios de 2019 e 2018 foram as seguintes:

Saldo em 1º de Janeiro	70.071
Captação (2ª emissão de debêntures)	120.000
Pagamento de principal	(69.338)
Pagamento de juros	(8.127)
Juros provisionados	8.090
Saldo em 31º de Dezembro	<u>120.696</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

2021	12.000
2022	18.000
2023	36.000
2024	54.000
Total	<u>120.000</u>

1ª emissão de Debêntures

Em 26 de fevereiro de 2015, a Tópico emitiu 156 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas são simples, ou seja, não há conversão em ações de emissão da Tópico. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente, nos meses de março e setembro, a partir do dia 31 de março de 2016 em 10 parcelas consecutivas até 30 de setembro de 2022 conforme 2º aditamento fiduciário realizado em Dezembro de 2017. Neste 2º aditamento alongou-se o prazo de Março de 2020 para Setembro de 2022. Sobre essas debêntures, incidem juros remuneratórios de CDI + 2,95% a.a. até o mês de março de 2018 e após esta data será 3.98% a.a.. As debêntures não possuem garantia.

Em 06 de dezembro de 2019, a Tópico quitou a totalidade da debênture, de forma antecipada, encerrando completamente sua 1ª emissão de debêntures.

2ª emissão de Debêntures

Em 12 de novembro de 2019, a Tópico emitiu 120.000 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas são simples, ou seja, não há conversão em ações de emissão da Tópico. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente de forma crescente a partir de 2021, nos meses de maio e novembro, em 10 parcelas consecutivas até 12 de novembro de 2024, conforme termos da escritura de emissão. Sobre essas debêntures, incidem juros remuneratórios de CDI + 3,25% a.a. As debêntures possuem como garantia a obrigação de garantir um fluxo constante de recebíveis mínimo.

Na escritura contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*) estabelecendo que, ao final de cada exercício, o índice financeiro Dívida Líquida/ EBITDA não pode ser superior ou igual a 2,50 (dois e meio), caso contrário a dívida se torna imediatamente vencida. Para o exercício encerrado de 2019 não foi identificado quebra do índice financeiro.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	2019	2018
Fornecedores de materiais	835	2.088
Fornecedores de serviços e outros	3.345	3.556
Partes relacionadas - nota 21	-	155
Total	4.180	5.799

16 Obrigações fiscais e trabalhistas

	2019	2018
ICMS	116	203
PIS E COFINS	637	2.545
INSS	666	864
FGTS	162	168
Outros impostos à recolher	350	437
	1.931	4.217

17 Impostos diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre essas diferenças temporárias como segue:

	2019	2018
Diferenças temporárias:		
Provisões para ações trabalhistas	543	512
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.955	3.779
Provisão de bônus	581	538
Provisão de contas a pagar	694	445
Diferença de taxa de depreciação de ativo imobilizado	3.129	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	49.116	44.744
Benefício fiscal de ágio	2.554	17.881
Saldo referente a ajuste de avaliação patrimonial	<u>(12.810)</u>	<u>(21.204)</u>
Total	<u>47.763</u>	<u>46.695</u>

b. Movimento dos impostos diferidos por diferenças temporárias durante o ano

	31/12/2018	Reconhecidos no resultado	31/12/2019
Provisão para ações trabalhistas	512	31	543
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.779	176	3.955
Provisão de bônus	538	44	581
Provisão para contas a pagar	445	249	694
Depreciação	-	3.129	3.129
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	44.744	4.372	49.116
Imposto diferido – Ágio	17.881	(15.327)	2.554
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	<u>(21.204)</u>	<u>8.394</u>	<u>(12.810)</u>
Impostos diferidos líquido ativos (passivos)	<u>46.695</u>	<u>1.068</u>	<u>47.763</u>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estes sejam liquidados ou realizados. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores no montante de R\$ 144.454 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 132.603 em 31 de dezembro de 2018). A administração constitui imposto de renda e contribuição social ativa no montante de R\$ 49.134 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 44.744 em 31 de dezembro de 2018). Com base nesta estimativa, a Administração acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados até Dezembro de 2024.

O IRPJ e CSLL diferidos oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão compensados conforme projeção abaixo:

2020	3.896
2021	4.412
2022	4.773
2023	5.165
2024	5.590
2025	8.821
2026	8.821
2027	<u>7.638</u>
Total	<u>49.116</u>

c. Conciliação da taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva do imposto	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.025	22.631
Alíquota oficial de imposto %	<u>(34%)</u>	<u>(34%)</u>
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	(5.789)	(7.694)
Diferenças permanentes		
Despesas não dedutíveis: multas, doações e outras	20.047	7.632
Benefício fiscal do ágio	<u>(15.326)</u>	<u>(15.326)</u>
	<u>4.721</u>	<u>(7.694)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>1.068</u>	<u>(7.694)</u>
	<u>1.068</u>	<u>(7.694)</u>
Alíquota efetiva	(17,9%)	(34,0%)

18 Provisão para contingências

	2019	2018
Outras contas a receber (a)	1.988	1.885
Depósitos judiciais	788	700
Provisão para contingências – Passiva	<u>(3.482)</u>	<u>(3.392)</u>
	<u>(706)</u>	<u>(807)</u>

- (a) Do montante de R\$ 4.358 de Outras contas a receber no longo prazo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.087 em 31 de dezembro de 2018), o total de R\$ 1.988 (R\$ 1.885 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a contas a receber, previsto no acordo dos acionistas, com o objetivo do reembolso de ações cíveis, trabalhistas ou fiscais que são de responsabilidade dos antigos acionistas.

Movimentação da provisão para contingências e dos depósitos judiciais:

Provisão para contingências	Outras contas a receber	Depósitos judiciais	Provisão passiva	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.885	700	(3.392)	(807)
(Reembolso) / Pagamento	(178)	(361)	917	378
(Adições) / Estornos	281	449	(1.007)	(277)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.988	788	(3.482)	(706)

Processos Possíveis

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos e pela própria administração como sendo de risco de perda possível, no montante abaixo demonstrado para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	Fiscais (i)	Trabalhistas (ii)	Total
Possível em 31 de dezembro de 2018	41.421	745	42.166
Possível em 31 de dezembro de 2019	-	1.833	1.833

- (i) A Companhia avaliou como perda possível o risco fiscal decorrente de descaracterização do grupo econômico, por conta da distinção entre os sistemas de tributação das empresas Tópico Galpões e Tópico Estruturas, totalizando R\$41.421. Este risco prescreveu em dezembro de 2019.
- (ii) O saldo das perdas possíveis estão líquidos dos valores a serem reembolsados pelos antigos acionistas, conforme acordo de acionista.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Tópico, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 57.378, dividido em 57.377.892 (cinquenta e sete milhões, trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e noventa e duas) ações, totalmente subscritas e integralizadas:

Acionistas	Ações	Capital	Participação
Southern Cross Group	40.164.524	40.165	70,00%
Ricardo Vantini	16.817.350	16.817	29,31%
Odair Benedito L. da Silva	198.009	198	0,345%
Francisco Mesquita Neto	198.009	198	0,345%
Total	57.377.892	57.378	100%

b. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$24.866 de ajuste de avaliação patrimonial está representado por:

- a) Reavaliação da vida útil do ativo imobilizado e adoção do custo atribuído (*deemed cost*) promovida pela Tópico em 2009, quando da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, em linha com os preceitos do ICPC 10 - “Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, no montante de R\$ 6.106 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 6.829 em 31 de dezembro de 2018).
- b) Reavaliação do valor justo do ativo imobilizado da Nautika no momento da incorporação dos ativos na Tópico. O ajuste de avaliação patrimonial corresponde a R\$18.760 em 31 de dezembro de 2019 (R\$21.568 em 31 de dezembro de 2018).

c. Reserva de legal

A Tópico constitui reserva legal de 5% ao ano até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 o montanteregistrado era de R\$ 1.652 (R\$747 em 31 de dezembro de 2018).

d. Reserva especial de ágio

Em 29 de janeiro de 2015, foi celebrada e confirmada a compra de ações 70% das ações da Tópico pela SCG Iva Holding Ltda. (“SCG IVa”).

Em 28 de fevereiro de 2015, a Tópico incorporou, de forma reversa, sua controladora SCG Iva Holding Ltda., conseqüentemente, a Tópico passou a ser controlada diretamente pela Southern Cross Group, com participação de 70%.

e. Dividendos pagos

Em 12 de dezembro de 2019 a Companhia fez a distribuição de dividendos no montante de R\$60.242, previsto e aprovação em Assembléia Geral Extraordinária de acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve distribuição de dividendos.

20 Receita líquida de venda e serviços

	2019	2018
Venda de galpão e peças	16.044	4.202
Locação, instalação e desmontagem	135.266	117.778
Receita bruta	<u>151.310</u>	<u>121.980</u>
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas e serviços	(14.622)	(11.944)
Devoluções e abatimentos	(4.289)	(2.239)
Receita líquida de vendas e serviços	<u>132.399</u>	<u>107.797</u>

21 Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação de despesas com base na sua função, conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As informações sobre a natureza das despesas estão apresentadas a seguir:

2019	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Consumo de materiais e estoque	(9.583)	-	-	-	(9.583)
Perda de inventários	(1.809)	-	-	-	(1.809)
Manutenção e outros materiais	(2.281)	(10)	(149)	-	(2.440)
Salários e encargos	(17.403)	(5.349)	(7.694)	-	(30.446)
Aluguéis de imóveis	(137)	-	(116)	-	(253)
Montagem	(2.880)	-	-	-	(2.880)
Depreciação do imobilizado	(35.840)	(58)	(263)	-	(36.161)
Amortização do intangível	(268)	(42)	(76)	-	(386)
Aluguéis de equipamentos	(5.768)	(50)	(200)	-	(6.018)
Fretes e carretos	(4.720)	-	(5)	-	(4.725)
Acomodação e viagens	(4.372)	(460)	(280)	-	(5.112)
Assessoria jurídica e consultoria	(496)	(128)	(1.771)	-	(2.395)
Serviços de terceiros	(1.595)	(90)	(1.131)	-	(2.816)
Provisão de contingências	(513)	(507)	12	-	(1.008)
Outros	(17)	(636)	(845)	(196)	(1.694)
Total	(87.682)	(7.330)	(12.518)	(196)	(107.726)

2018	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Consumo de materiais e estoque	(1.310)	-	-	-	(1.310)
Perda de inventários	(1.295)	-	-	-	(1.295)
Manutenção e outros materiais	(4.153)	-	(386)	-	(4.539)
Salários e encargos	(10.641)	(4.225)	(7.794)	-	(22.660)
Aluguéis de imóveis	(1.928)	-	(314)	-	(2.242)
Montagem	(2.488)	-	-	-	(2.488)
Depreciação do imobilizado	(22.939)	-	(344)	-	(23.283)
Amortização do intangível	(106)	-	(268)	-	(374)
Aluguéis de equipamentos	(4.135)	(229)	(52)	-	(4.416)
Fretes e carretos	(3.972)	-	(14)	-	(3.986)
Acomodação e viagens	(3.910)	(429)	(217)	-	(4.556)
Assessoria jurídica e consultoria	(62)	-	(1.569)	-	(1.631)
Serviços de terceiros	(2.563)	(148)	(1.240)	-	(3.950)
Provisão de contingências	(1.055)	(633)	-	-	(1.688)
Outros	(1.755)	(508)	(825)	(264)	(3.352)
Total	(62.312)	(6.172)	(13.023)	(264)	(81.771)

22 Despesas financeiras líquidas

	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(8.090)	(8.352)
Juros sobre arrendamento mercantil	(370)	-
Despesas bancárias	(25)	(53)
Outras despesas financeiras	(241)	(388)
	<u>(8.726)</u>	<u>(8.793)</u>
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	914	1.339
Outras receitas financeiras	581	608
	<u>1.495</u>	<u>1.947</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(7.231)</u>	<u>(6.846)</u>

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, salários e férias a pagar, impostos e contribuições a recolher.

A Tópico não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Tópico efetuou a avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Classificação dos instrumentos financeiros

	2019	2018
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	22.742	13.717
Contas a receber de clientes	28.137	18.728
Outras contas a receber	6.030	2.701
	56.909	35.146
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	(120.696)	(70.071)
Fornecedores	(4.180)	(5.799)
	(124.876)	(75.870)

As atividades da Tópico o expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir:

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

(i) Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes das prestações de serviços e vendas de produtos que de forma geral não tem garantias ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	22.742	13.717
Contas a receber	28.137	18.728
Outras contas a receber	6.030	2.701
	56.909	35.146

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda de crédito esperada, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 9 - Contas a receber.

Para efeito de risco de crédito, a Companhia entende que, de acordo com os históricos do mercado, a provisão para credores duvidosos para valores vencidos acima de 180 dias, seja o suficiente para cobrir possíveis perdas no futuro. A porcentagem coberta por este tipo de provisão representou a cobertura de 29,2% do saldo bruto de contas a receber (37,2% em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia, em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, mantém flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	(120.696)	(164.920)	(696)	-	(12.000)	(152.224)
Arrendamento Mercantil	(5.178)	(5.178)	(1.217)	(1.178)	(1.361)	(1.422)
Fornecedores	(4.180)	(4.180)	(4.180)	-	-	-
	(130.054)	(174.278)	(6.093)	(1.178)	(13.361)	(153.646)

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

Perfil dos instrumentos financeiros	2019	2018
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	<u>22.040</u>	<u>13.577</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(120.696)	(70.071)
Exposição de taxa variável (fluxo de caixa líquido)	<u>(98.656)</u>	<u>(56.494)</u>
	CDI	CDI
Aumento da taxa de juros considerado na análise de sensibilidade	1,0%	1,0%
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	Resultado	Patrimônio
Efeito das variações sobre o fluxo de caixa líquido	<u>(1.004)</u>	<u>(1.115)</u>
Aumento / (Redução)	<u>(1.004)</u>	<u>(1.115)</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A análise de sensibilidade levou em consideração os empréstimos e financiamentos que são atualizados pelos índices CDI.

Um aumento de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI na data das demonstrações financeiras teria produzido os efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido de acordo com os montantes demonstrados acima. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Uma redução de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI teria produzido efeitos inversos.

A Tópico avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

24 Partes relacionadas

a. Transações entre partes relacionadas

	2019	2018
Outras contas a receber		
Solaris (i)	-	8
Superveniências	<u>1.988</u>	<u>1.885</u>
Total de ativos com partes relacionadas	<u>1.988</u>	<u>1.893</u>
Fornecedores e outras contas a pagar - nota 13		
Solaris (i)	<u>-</u>	<u>155</u>
Total de passivos com partes relacionadas	<u>-</u>	<u>155</u>
	2019	2018
Receita operacional		
Solaris (i)	<u>-</u>	<u>89</u>
	-	89
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados/ despesas		
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.(i)	(1.324)	(1.255)
Carlu Empreendimentos e Participações Ltda.	(1.010)	-
RV Consultoria	<u>-</u>	<u>(120)</u>
	<u>(2.334)-</u>	<u>(1.375)</u>
Total do resultado com partes relacionadas	<u>(2.334)-</u>	<u>(1.286)</u>

- (i) A Companhia possui relacionamento comercial com a coligada Solaris, controlada pelo mesmo controlador, através de serviços de locação de plataforma. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas à Companhia.

A Companhia considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, os quais receberam os benefícios de curto prazo compostos por pró-labore e contribuições para a previdência social, conforme abaixo:

	2019	2018
Benefícios de curto-prazo	<u>1.913</u>	<u>2.773</u>
	<u>1.913</u>	<u>2.773</u>

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta de seguinte forma:

Cobertura	Vencimento	Valor da cobertura
Responsabilidade civil	20/02/2020	3.000
Frota	19/08/2020	470
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	14/04/2020	15.000
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos	31/05/2020	600

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

- (i) As apólices tem vencimento de 12 meses, sendo renovadas anualmente, por política da Companhia. As apólices com vencimento até a data de emissão destas demonstrações financeiras foram devidamente renovadas.

26 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, a Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras não foram identificadas alterações significativas na posição patrimonial e financeira, mas como posicionamento estratégico as seguintes principais medidas operacionais foram tomadas:

- Redução da produção e equipes de logística em 50% no mês de abril, devendo ser revisto considerando as demandas futuras.
- Revisão das aquisições de matérias primas e materiais de consumo para produção relacionadas à redução na demanda de fabricação dos produtos, considerando o cenário atual.

Felipe Fonseca Pereira
Diretor Financeiro

Fabiana Bitelli
Gerente Financeiro
CRC 1SP 213358/O